Processo nº 397/2006

Data: 10.08.2006

(Autos de recurso penal)

Assuntos : Liberdade condicional.

Pressupostos.

SUMÁRIO

A liberdade condicional não é uma medida de concessão automática, sendo (antes) de conceder caso a caso, dependendo não só da verificação do pressuposto formal do cumprimento de dois terços da pena imposta, mas também da análise da personalidade do recluso e de um juízo de prognose fortemente indiciador de que o mesmo vai reinserir-se na sociedade e ter uma vida em sintonia com as regras de convivência normal, devendo ainda constituir matéria de ponderação, a defesa da ordem jurídica e da paz social.

O relator,

José M. Dias Azedo

Processo n.º

3 9 7 / 2 0 0 6

(Autos de recurso penal)

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA R.A.E.M.:

Relatório

1. A, com os restantes sinais dos autos, vem recorrer da decisão proferida pelo Mmº Juiz do T.J.B. que lhe negou a concessão de liberdade condicional.

Alegou, formulando a final as conclusões seguintes:

“1ª O presente recurso vem interposto da decisão proferida pelo Mmº Juiz de Instrução Criminal e que indeferiu o pedido de liberdade condicional do recluso A.

- 2ª *O recorrente cumpre pena de prisão à ordem do Processo Comum Colectivo nº CR3-00-0016-PCC (anteriormente PCC-058-00-2), do 3º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Base da R.A.E.M, onde foi condenado pela prática de tráfico de estupefaciente, na pena de 8 anos e 3 meses de prisão.*
- 3ª *Cumprirá a pena total em 18/5/2008.*
- 4ª *Em 3/07/2005 já atingiu os dois terços da pena.*
- 5ª *A concessão de liberdade condicional ao recorrente, teria suportes importantes que constituem uma fortíssima probabilidade de promover a sua reinserção social com êxito.*
- 6ª *O recorrente nunca teve sanções disciplinares e no estabelecimento prisional tem mantido exemplarmente um bom comportamento, insusceptível de recriminação.*
- 7ª *O recorrente só tem possibilidade de pagar a indemnização aos lesados se arranjar emprego e lhe for permitida uma vida em sociedade. Em todo o caso o não pagamento da indemnização é sancionada com um acréscimo da sua pena, pelo que, não pode a decisão recorrida valorar duplamente este facto.*
- 8ª *O recorrente "demonstra arrependimento e promete levar uma vida honesta".*

- 9ª *A decisão recorrida subvaloriza drasticamente que o recorrente é primário; tem vontade de arranjar emprego; tem habitação garantida na casa dos pais; tem acompanhamento e suporte familiar dos pais; é um factor de estabilidade emocional dos pais; e que sempre manteve um comportamento exemplar, nada mais havendo a registar em seu desabono quanto à sua conduta prisional.*
- 10ª *O recorrente tem mantido uma conduta prisional positiva, demonstrativa da sua real intenção de ressocialização, bem como está profundamente arrependido do crime que praticou.*
- 11ª *O recorrente interiorizou eficazmente a pena e a sua bem sucedida reinserção social é altamente provável, quando conjugados estes factos com a garantia da sua reinserção familiar junto dos seus pais.*
- 12ª *A libertação do recorrente não constitui uma ameaça à paz social, mas antes uma oportunidade de ressocialização que este, por certo, não deixará escapar.*
- 13ª *Obrigar o recorrente a cumprir o resto da pena em nada contribuirá para a sua ressocialização e constitui uma medida injusta e excessivamente severa que poderá gerar sentimentos de revolta social, acabando por ser contraproducente e vir a*

criar perigos latentes para a paz social que antes não existiam.

14ª A ressocialização do recorrente emerge claramente como uma forte probabilidade: isto, porque da prática do crime cometido pelo recorrente aconteceram há mais de 6 anos e o recorrente não reincidiu e tendo sido o recorrente já punido com os anos que passou no calabouço.

15ª O conceito "gravidade do crime" que é imputado ao recorrente no crime cometido foi tido em conta no acórdão condenatório e não faz agora qualquer sentido na análise da vocação actual do recorrente para se conformar com uma vida digna e socialmente aceitável, carecendo pois de sentido nesta fase - a da execução da pena.

16ª A colocação do recorrente em liberdade antes de terminado o prazo de cumprimento da pena, sujeito a vigilância e sob a ameaça de cumprir o resto da pena no caso de mau comportamento, vai exercer pressão sobre ele, completando assim a sua reinserção social.

17ª Só assim se criará um período de transição entre a prisão e a liberdade durante o qual o recorrente poderá equilibradamente recobrar o sentido de orientação social fatalmente enfraquecido por efeito da reclusão.

18ª Existe um poder-dever do Tribunal em colocar o condenado em liberdade condicional, sendo que se mostram amplamente preenchidos os requisitos para que seja concedido ao recorrente o estatuto da liberdade condicional, sob pena de violação do preceituado no artigo 56º do CPM; (cfr. fls. 183 a 190).

*

Sem resposta, vieram os autos a este T.S.I.; (cfr. fls. 192).

*

Nesta instância, e em sede de vista, é o Exmº Representante do Ministério Público de opinião que o recurso não merece provimento; (cfr., fls. 199 a 199-v).

*

Lavrado despacho liminar e adequadamente processados, vieram os autos à conferência.

*

Nada obstante, passa-se a decidir.

Fundamentação

Dos factos

2. Flui dos autos a seguinte matéria de facto com relevo para a decisão a proferir:

- A, nascido em 17.06.1963, deu entrada no Estabelecimento Prisional de Macau (E.P.M.) em 08.10.1999, aí permanecendo preventivamente preso até decisão datada de 14.11.2000 que o condenou na pena única de 8 anos e 3 meses prisão e multa de MOP\$10.000,00, ou em alternativa desta, em 26 dias de prisão, pela prática, como autor e em concurso, de um crime de “tráfico de estupefacientes” p. e p. pelo artº 8º, nº 1 da Lei nº 5/91/M e um outro de “detenção indevida de cachimbos e outra utensilagem” p.e p. pelo artº 12º do mesmo diploma legal.

- em 02.05.2006, e após ver recusado um primeiro pedido de liberdade condicional, em sede de renovação de instância, elaborou a Divisão de Apoio Social, Educação e Formação do E.P.M. “relatório para a liberdade condicional”, onde, a final, se concluía poder o dito **A** beneficiar da mesma.
- EM 06.06.2006, e após informação no mesmo sentido da chefia dos guardas do E.P.M., emitiu também o seu Director parecer favorável à sua libertação antecipada.
- em 20.06.2006, e em sede de vista, opinou o Exmº Magistrado do Ministério Público no sentido de que reunidos não estavam os pressupostos subjectivos para a concessão da liberdade condicional.
- por decisão de 22.06.2006, foi-lhe negada a referida liberdade condicional.
- **A** cumpriu ininterruptamente dois terços da pena em que foi condenado em 03.07.2005, sendo o seu comportamento

prisional classificado de “Bom”, (sem nenhuma punição disciplinar), tendo vindo a desempenhar um bom trabalho na alfaiataria do E.P.M. desde o ano de 2002.

- se colocado em liberdade, irá viver com a sua família nas Filipinas, onde se irá dedicar à agricultura.
- para além da condenação cuja pena cumpre, nada mais consta do seu C.R.C..
- o término da pena ocorrerá em 18.05.2008.

Do direito

3. Insurge-se o ora recorrente contra a decisão objecto da presente lide recursória, imputando à mesma o vício de violação do artº 56º do CPM.

Vejamos então se lhe assiste razão.

Preceitua o referido artº 56º que:

“1. O tribunal coloca o condenado a pena de prisão em liberdade

condicional quando se encontrarem cumpridos dois terços da pena e no mínimo 6 meses, se:

- a) For fundamente de esperar, atentas as circunstâncias do caso, a vida anterior do agente, a sua personalidade e a evolução desta durante a execução da prisão, que o condenado, uma vez em liberdade, conduzirá a sua vida de modo socialmente responsável, sem cometer crimes; e
- b) A libertação se revelar compatível com a defesa da ordem jurídica e da paz social.

2. A liberdade condicional tem duração igual ao tempo de prisão que falte cumprir, mas nunca superior a 5 anos.

3. A aplicação da liberdade condicional depende do consentimento do condenado”; (sub. nosso).

Constituem, assim, “pressupostos objetivos” ou “formais” para a concessão da liberdade condicional, a condenação em pena de prisão superior a seis (6) meses e o cumprimento de dois terços da pena, num mínimo de (também) seis (6) meses; (cfr. nº 1).

“In casu”, atenta a (medida da) pena em que foi condenado o ora recorrente e visto que se encontra ininterruptamente preso desde 08.10.1999, tendo já expiado mais que dois terços de tal pena, (concretamente, em 03.07.2005), preenchidos estão os ditos pressupostos.

Todavia, e como é sabido, tal “circunstancialismo” não basta, já que não sendo a liberdade condicional uma medida de concessão automática, impõe-se, para a sua concessão, a verificação cumulativa de outros pressupostos de natureza “material”: os previstos nas alíneas a) e b) do nº 1 do referido artº 56º, (vd., v.g., os Acs. deste T.S.I. de 11.04.2002, Proc. nº 50/2002, de 18.04.2002, Proc. nº 53/2002, de 13.06.2002, Proc. nº 91/2002 e de 17.10.2002, Proc. nº 184/2002).

Na verdade, e na esteira do decidido por esta Instância, a liberdade condicional “é de conceder caso a caso, dependendo da análise da personalidade do recluso e de um juízo de prognose fortemente indiciador de que o mesmo vai reinserir-se na sociedade e ter uma vida em sintonia com as regras de convivência normal, devendo também constituir matéria de ponderação, a defesa da ordem jurídica e da paz social”, (cfr. v.g. Ac. deste T.S.I. de 31.01.2002, Proc. nº 6/2002 e os citados de 18.04.2002, de

13.06.2002 e de 17.10.2002), certo sendo que, como pressupostos de verificação “cumulativa”, a falta de qualquer um deles compromete desde logo uma decisão de sentido positivo, no sentido da concessão da pretendida liberdade condicional.

Na situação em apreço, a favor do recorrente, temos o facto de ser primário antes da condenação que cumpre, o seu comportamento durante o período de reclusão – classificado de “bom”, sem sanções disciplinares, assim como o bom trabalho desempenhado na alfaiataria do E.P.M. – e o facto de ter boas perspectivas de inserção familiar e social.

Perante isto, afigura-se-nos viável um juízo de prognose indiciador de que, em liberdade, terá uma vida em sintonia com as regras de convivência, e que não mais irá delinquir.

E ponderando agora na restante matéria dos presente autos, nomeadamente na pelo Mmº Juiz “a quo” invocada como a natureza e gravidade do crime de “tráfico de estupefacientes”, “quid iuris”?

Não se deixa de consignar desde já que o referido crime é de gravidade evidente, pois que basta pensar nas suas consequências.

Porém, face ao comportamento do ora recorrente durante o seu período de reclusão, mostra-se-nos que o mesmo reconheceu e interiorizou o desvalor da sua conduta criminosa, (repare-se que até afirma que justa e adequada foi a pena que lhe foi imposta).

Assim, (e constatando-se também o seu arrependimento), mostra-se-nos de dar mais relevância à sua vontade de se corrigir e de levar uma vida honesta (com a sua família), não nos parecendo de erigir como obstáculo à sua libertação a “gravidade e consequência do crime cometido” que, não obstante merecere obviamente ponderação, não nos parece que no caso dos autos deva constituir impedimento a uma decisão favorável à pretendida libertação antecipada.

Assim, face ao exposto, tendo-se presente a conduta prisional do ora recorrente (que demonstra arrependimento), afigurando-se-nos também que o mesmo demonstra vontade em se reinserir socialmente, levando uma vida honesta, e considerando ainda que a liberdade condicional – não sendo uma “declaração de extinção da pena” – deve constituir um estímulo a tal, crê-se adequada a concessão da pretendida liberdade condicional.

Decisão

4. Nos termos e fundamentos expostos, julga-se procedente o presente recurso.

Passem-se os competentes mandados de soltura.

Sem custas, fixando-se a título de honorários ao Exm^o Patrono Oficioso o montante de MOP\$1.500,00.

Macau, aos 10 de Agosto de 2006

José M. Dias Azedo

Ip Sio Fan

Lou Ieng Ha (Junto de declaração)

落敗聲明

*

根據《刑法典》第 56 條的規定，對於是否批准假釋，除考慮服刑的期間外（服刑已達 2/3 及至少 6 個月），還要根據有關的犯罪情節、行為人的生活及其人格的演變情況，以及提早釋放被判刑人對社會安寧會否造成不良的影響。

對於服刑的時間，毫無疑問，本案的被判刑人已符合有關的前提。

而對於其他要件，則本人認為應有如下的考慮：

首先，在被上訴的判決中，原審法官認為被判刑人所觸犯的犯罪行為嚴重，因為販賣毒品的行為會對社會大眾的健康構成嚴重的危害，故此，以有關的犯罪行為嚴重性，原審法庭否決了被判刑人假釋的許可。

對此，本人表示完全的同意。

根據卷宗記錄顯示，被判刑人不但自己吸食毒品，還進行販毒的行為，尤此可見，被判刑人本身已是一個自我控制能力不足的人，其本身已受到毒品的荼毒，但仍不理會他人的死活，加入販毒行列，以為自己取得不法的利益。

雖然從其社會報告中顯示被判刑人已戒除毒癮，但被判刑人為一名海洛因的藥癮者，而眾所周知，海洛因為一種極為烈性的毒品，一旦上癮，往往要相當長的時間及頑強的意志才能克服藥癮，故此，被判刑人一旦獲得提前釋放，本人對其能否有足夠的自我控制能力仍沒有足夠的信心。

此外，我們的立法者對於販毒的行為定下嚴厲的懲罰制度，一方面考慮到毒品對社會公眾所帶來的禍害，另一方面，本澳作為一個國際旅遊城市，經常被利用作為販運毒品的中轉站，因此，司法部門應強烈打擊有關

的不法行為。

故此，倘若對販毒份子給予過於寬鬆的考驗，會對社會造成不安，亦會讓犯罪份子誤以為本澳對有關不法行為的處罰從輕，造就更多不法之徒存有僥倖的心理。

最後，本人亦想一提的是，服滿可給予假釋的刑罰、服刑期間沒有違規行為、獄中參與工作以及被判刑人聲稱已感到後悔等，並非給予其假釋必然的結果，我們不能將假釋視為一種公式化的決定，不能因為符合了某些客觀的要件，便必然給予假釋；法律賦予了司法機關進行衡量的空間，亦即行使司法權的表現，我們在決定是否給予假釋時，應以每一被判刑人所犯的罪行，結給其在獄中人格的演變，以及在相關情況下，提早釋放被判刑人是否會對社會帶來負面的影響等因素而進行考慮。

綜上，本人同意被上訴法庭的意見，並認為不宜提早釋放被判刑人，故應裁定有關的上訴理由不成立。

*

10/08/2006

Lou Ieng Ha